

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.437.537	1.398.596
1.01	Ativo Circulante	57.628	59.013
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.412	13.199
1.01.01.01	Caixas e bancos	2.017	1.885
1.01.01.02	Aplicações financeiras	5.395	11.314
1.01.03	Contas a Receber	39.293	35.576
1.01.03.01	Clientes	39.293	35.576
1.01.03.01.01	Contas a receber	1.748	1.746
1.01.03.01.02	Partes relacionadas	37.846	34.063
1.01.03.01.03	Provisão para devedores duvidosos	-301	-233
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.955	1.843
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.908	3.203
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.060	5.192
1.01.08.03	Outros	7.060	5.192
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	3.297	3.297
1.01.08.03.02	Outros créditos	3.763	1.895
1.02	Ativo Não Circulante	1.379.909	1.339.583
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	154.989	146.730
1.02.01.06	Tributos Diferidos	61.075	58.680
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	61.075	58.680
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	92.342	86.882
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	57.724	50.615
1.02.01.07.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	34.618	36.267
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.572	1.168
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	1.475	1.073
1.02.01.09.04	Outros créditos	97	95
1.02.03	Imobilizado	54.681	55.714
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	26.876	18.772
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	27.805	36.942
1.02.04	Intangível	1.170.239	1.137.139

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.437.537	1.398.596
2.01	Passivo Circulante	244.917	225.273
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.720	6.476
2.01.01.01	Obrigações Sociais	956	998
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.764	5.478
2.01.02	Fornecedores	14.585	22.038
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.746	17.059
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.655	13.603
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.308	5.953
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições parcelados	5.604	4.680
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições federais retidos	565	757
2.01.03.01.04	Pis e Cofins a recolher	2.178	2.213
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.091	3.456
2.01.03.03.02	ISS a recolher	3.091	3.456
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	181.412	159.875
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.270	31.479
2.01.04.02	Debêntures	180.142	128.396
2.01.05	Outras Obrigações	13.368	10.507
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.674	1.739
2.01.05.02	Outros	10.694	8.768
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	1.817	1.816
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	8.877	6.952
2.01.06	Provisões	10.086	9.318
2.01.06.02	Outras Provisões	10.086	9.318
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	10.086	9.318
2.02	Passivo Não Circulante	845.616	765.322
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	639.548	575.904
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.170	1.709
2.02.01.02	Debêntures	638.378	574.195
2.02.02	Outras Obrigações	69.257	68.179
2.02.02.02	Outros	69.257	68.179
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	57.442	55.776
2.02.02.02.04	Obrigações com o poder concedente	8.286	8.713
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	1.805	1.966
2.02.03	Tributos Diferidos	106.268	100.651
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	106.268	100.651
2.02.04	Provisões	30.543	20.588
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.543	20.588
2.02.04.01.05	Provisão para contingências	3.338	820
2.02.04.01.06	Provisão de manutenção	27.205	19.768
2.03	Patrimônio Líquido	347.004	408.001
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.677	2.677
2.03.04	Reservas de Lucros	125.561	265.561
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	97.608	111.810
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	125.798
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	79.003	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	197.951	390.274	169.341	333.885
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-89.910	-190.190	-69.921	-138.426
3.02.01	Custo de construção	-33.669	-70.346	-20.544	-46.874
3.02.02	Provisão de manutenção	-3.838	-7.492	-2.036	338
3.02.03	Depreciação e amortização	-18.633	-34.406	-13.330	-22.268
3.02.04	Custo da outorga	-13.306	-27.979	-13.435	-26.522
3.02.05	Serviços	-10.851	-22.725	-10.653	-20.742
3.02.06	Custo com pessoal	-3.357	-15.452	-4.018	-11.333
3.02.07	Materiais Equipamentos e Veículos	-1.858	-4.760	-2.514	-4.877
3.02.09	Outros	-4.398	-7.030	-3.391	-6.148
3.03	Resultado Bruto	108.041	200.084	99.420	195.459
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.175	-28.415	-18.468	-36.112
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.508	-27.781	-16.849	-31.222
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	451	484	43	261
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.118	-1.118	-1.662	-5.151
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	87.866	171.669	80.952	159.347
3.06	Resultado Financeiro	-25.540	-50.858	-24.570	-43.139
3.06.01	Receitas Financeiras	2.273	3.345	2.103	4.155
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.813	-54.203	-26.673	-47.294
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	62.326	120.811	56.382	116.208
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.729	-41.808	-19.422	-39.371
3.08.01	Corrente	-20.435	-38.585	-16.730	-32.012
3.08.02	Diferido	-1.294	-3.223	-2.692	-7.359
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	40.597	79.003	36.960	76.837
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	40.597	79.003	36.960	76.837
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00280	0,00540	0,00250	0,00520

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.99.01.02	PN	0,00300	0,00590	0,00280	0,00580

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	178.121	144.336
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	186.648	160.409
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	79.003	76.837
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.223	7.359
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	1.648	1.648
6.01.01.04	Depreciação e amortização	35.150	27.923
6.01.01.06	Resultado na baixa do ativo imobilizado	4	11
6.01.01.07	Resultado na baixa do ativo intangível	1.112	46
6.01.01.08	Juros e var monetária sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	53.822	52.789
6.01.01.09	Constituição (reversão) da provisão para contingências	5.720	89
6.01.01.10	Constituição (reversão) da provisão de devedores duvidosos	68	-81
6.01.01.11	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	7.492	-338
6.01.01.12	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	2.133	2.339
6.01.01.13	Juros,multa e outros encargos-Lei 11.941	3.057	2.332
6.01.01.16	Capitalização de custos dos empréstimos	-5.784	-10.545
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.527	-16.073
6.01.02.01	Contas a receber	-2	-225
6.01.02.02	Partes relacionadas	-3.783	1.044
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-112	-892
6.01.02.04	Despesas antecipadas outorga fixa	-7.108	-6.569
6.01.02.05	Outras despesas antecipadas	1.295	1.017
6.01.02.06	Outras contas a receber	-2.272	-3.131
6.01.02.07	Fornecedores	-7.453	-8.105
6.01.02.08	Partes relacionadas	935	-2.879
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	244	690
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	763	5.516
6.01.02.11	Liquidação de contingências	-3.202	-92
6.01.02.12	Realização de provisão de manutenção	-1.420	-4.068
6.01.02.13	Obrigações com o poder concedente	12.291	-254
6.01.02.14	Outras contas a pagar	1.764	1.875
6.01.02.15	Liquidação impostos e contribuições parcelados	-467	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-75.267	-55.940
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-3.757	-9.013
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-71.510	-46.927
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-108.641	-150.915
6.03.01	Emprést.,financ. e debêntures - captações	150.000	519
6.03.02	Emprést.,financ. e debêntures - pagamentos de principal	-79.859	-47.071
6.03.03	Emprést.,financ. e debêntures - pagamentos de juros	-38.042	-34.360
6.03.04	Adição do custo da transação	-740	0
6.03.05	Dividendos pagos	-125.798	-70.000
6.03.06	Resgates/aplicações na conta reserva	0	-3
6.03.07	Retenção de lucros	-14.202	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.787	-62.519
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.199	103.289

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.412	40.770

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	0	268.238	0	0	408.001
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	0	268.238	0	0	408.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-125.798	0	0	-125.798
5.04.06	Dividendos	0	0	-125.798	0	0	-125.798
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	79.003	0	79.003
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	79.003	0	79.003
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-14.202	0	0	-14.202
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-14.202	0	0	-14.202
5.07	Saldos Finais	139.763	0	128.238	79.003	0	347.004

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	248.501	0	0	390.941
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	248.501	0	0	390.941
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-70.000	0	0	-70.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-70.000	0	0	-70.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	76.837	0	76.837
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	76.837	0	76.837
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	178.501	76.837	0	397.778

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	420.399	360.986
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	416.089	356.357
7.01.02	Outras Receitas	4.310	4.629
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-130.205	-97.134
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-34.387	-30.712
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.980	-19.886
7.02.04	Outros	-77.838	-46.536
7.02.04.01	Provisão de manutenção	-7.492	338
7.02.04.02	Custos de Construção	-70.346	-46.874
7.03	Valor Adicionado Bruto	290.194	263.852
7.04	Retenções	-35.150	-27.923
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.150	-27.923
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	255.044	235.929
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.345	4.155
7.06.02	Receitas Financeiras	3.345	4.155
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	258.389	240.084
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	258.389	240.084
7.08.01	Pessoal	21.596	19.086
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.742	13.969
7.08.01.02	Benefícios	4.443	3.926
7.08.01.03	F.G.T.S.	773	776
7.08.01.04	Outros	638	415
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	74.984	69.029
7.08.02.01	Federais	57.363	53.302
7.08.02.02	Estaduais	119	47
7.08.02.03	Municipais	17.502	15.680
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	82.806	75.132
7.08.03.01	Juros	54.018	47.242
7.08.03.02	Aluguéis	808	1.368
7.08.03.03	Outras	27.980	26.522
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	79.003	76.837
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	79.003	76.837

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais

Comentários Sobre o Desempenho - 2º trimestre 2011

Estas informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Imobiliários – CVM, assim como as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 2T10.

Principais Destaques

- A Receita Líquida alcançou R\$198 milhões (+16,9%);
- O EBIT atingiu R\$ 92,5 milhões (+10,4%) e a Margem EBIT 46,7% (-2,7 p.p);
- O EBITDA atingiu R\$ 111,5 milhões (+12,6%) e a Margem EBITDA 67,9% (+1,3 p.p);
- O Lucro Líquido atingiu R\$ 40,6 milhões (+9,8%);
- Os veículos equivalentes cresceram 6,87%.

Indicadores [R\$ MM]	2ºT10	2ºT11	Var.%
Receita Líquida	169,3	198,0	16,9
EBIT	83,8	92,5	10,4
Margem EBIT	49,5%	46,7%	-2,7 p.p.
EBITDA	99,0	111,5	12,6
Margem EBITDA	66,6%	67,9%	+1,3 p.p.
Lucro Líquido	37,0	40,6	9,8

1. Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq1)

Em unid.2	2º T10	2ºT11	Var.%
Veículos Equivalentes	26.785.941	28.626.566	6,9
Veículos Leves (Eq)	14.022.640	15.495.965	10,5
Veículos Pesados (Eq)	12.763.301	13.130.601	2,9

Comentário do Desempenho

1- Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2- Nas praças, onde a cobrança de pedágio é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado ViaOeste (+6,9%)

A movimentação de veículos-equivalentes no 2T11 cresceu 6,87% sobre o mesmo período de 2010, considerando um efeito calendário positivo de 0,88%. Neste 2T11 foi destaque novamente o volume de veículos de passeio, que mesmo com medidas do Governo Federal para redução do consumo e da inflação, registrou dois dígitos de crescimento.

Veículos de Passeio (+10,5%)

No 2T11, com 10,51% de crescimento sobre o mesmo período do ano anterior e efeito calendário positivo de 0,84%, o tráfego de veículos de passeio teve como destaque a movimentação no trecho inicial da Rodovia Castello Branco. Novos lançamentos imobiliários residenciais e empresariais ocorreram no período, com destaque para a região de Alphaville e Tamboré. No período, ainda houve a influência positiva dos feriados de Tiradentes, Páscoa e Corpus Christi.

Veículos Comerciais (+2,9%)

O tráfego de veículos comerciais apresentou 2,88% de crescimento no 2T11 sobre o 2T10, com 0,80% de efeito calendário. A redução no volume de exportações do agronegócio pelo Porto de Santos, principalmente do açúcar, influenciou esse resultado. No entanto, mais uma vez a região de Sorocaba mostrou sua atratividade, com crescimento de 10,3% sobre o mesmo período do ano passado, com ênfase em novos investimentos na indústria, no comércio e no setor de serviços.

2. Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme contrato de Concessão nº CR/003/1998 assinado entre o Estado de São Paulo e a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S/A (cláusula 26.2), a Companhia reajustou em 4,178085% (variação acumulada do Índice Geral de Preços e Mercado (IGP-M), de

Comentário do Desempenho

maio de 2009 a maio de 2010), no mês de Julho de 2010, as tarifas básicas de pedágio em todo o sistema.

3. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta

Receita Bruta [R\$ mil]	2º T10	2ºT11	Var.%
Receita de Pedágio	160.585	177.528	10,6
Receitas Acessórias	2.272	2.181	-4,0
Receita de Construção	20.544	33.669	63,9
Receita Bruta Total	183.401	213.378	16,3

Receita Líquida

A Receita Líquida cresceu 16,9% no 2T11, quando comparada ao mesmo período do ano anterior, atingindo o valor de R\$ 198,0 milhões.

Já as deduções sobre a Receita Operacional Bruta (Receitas de Pedágio + Acessórias) aumentaram em 9,7%, totalizando o valor de R\$ 15,4 milhões no 2T11, contra R\$ 14,0 milhões no 2T10.

Custos Totais

Custos Totais [R\$ mil]	2º T10	2ºT11	Var.%
Custo de Construção	20.544	33.669	63,9
Provisão de Manutenção	2.036	3.838	88,6
Depreciação e Amortização	15.253	19.013	24,6
Custo da Outorga	13.435	14.130	5,2
Serviços de Terceiros	16.690	16.493	-1,2
Custo com pessoal	11.607	13.817	19,0
Gastos Gerais	5.266	5.574	5,9
Materiais, Equip. e Veículos	2.850	2.135	-25,1
Outras Despesas Oper.	2877	667	-100,0
Outros	712	752	5,7
Custos Totais	88.388	110.089	21,7

Comentário do Desempenho

Custos [R\$ mil]	2º T10	2ºT11	Var.%
Custo de Construção	20.544	33.669	63,9
Provisão de Manutenção	2.036	3.838	88,6
Depreciação e Amortização	12.270	15.724	28,2
Custo da Outorga	13.435	14.130	5,2
Serviços de Terceiros	10.742	10.854	1,0
Custo com pessoal	4.018	3.357	-16,4
Gastos Gerais	2.679	2.822	5,3
Materiais, Equip. e Veículos	2.514	1.858	-26,1
Outros	712	752	5,7
Custos dos Serv. Prestados	68.949	87.006	26,2

Os custos dos serviços prestados cresceram no 2T11, atingindo o valor de R\$ 87,0 milhões, conforme será detalhado a seguir.

Custo de Construção: Os custos de construção cresceram R\$ 13,1 milhões no 2T11 quando comparado ao 2T10. Esta variação se deve em grande parte pela conclusão das obras das Marginais de Sorocaba na Rodovia Raposo Tavares e no segundo trimestre do ano anterior, ainda havia reflexo das obras referentes ao Complexo Cebolão.

Provisão de Manutenção: A variação corresponde ao início (ou encerramento) da provisão de projetos dentro do escopo da provisão de manutenção e da variação da curva de benefício econômico decorrente do volume de tráfego da rodovia.

Depreciação e Amortização: A maior variação neste item refere-se à transferência do ativo em andamento para o ativo definitivo, referentes às obras do Complexo Cebolão, assim com as transferências das obras novas.

Custo da Outorga: Estes custos são impactados pelo crescimento da outorga variável, proporcional ao crescimento da receita de pedágio neste período, bem como, o reajuste da outorga fixa, tal qual ocorre com as tarifas básicas de pedágio.

Serviços: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como o novo componente de custo do IFRS, denominado Custo Direto, sendo estes referentes aos valores envolvidos na conservação especial da rodovia, tais como estabilização de taludes, conservação de

Comentário do Desempenho

obras de arte especiais, a saber, pontes, viadutos e túneis, obras de arte correntes, tais como drenagem, entre outros. No 2T11 não tivemos variações relevantes, comparados ao 2T10.

Custos com Pessoal: Os valores do 2T10 estavam superiores aos valores realizados no 2T11 em decorrência da implantação da reconfiguração das Praças de Pedágio nos km 18 e 20 da Rodovia Presidente Castello Branco, nos municípios de Osasco e Barueri respectivamente, isto porque o processo operacional foi dimensionado de tal forma a mitigar qualquer transtorno operacional no início da operação. Neste 2T11 com o aprimoramento da operação foi possível a otimização deste item.

Outros: Os custos do 2T11 5,7% superiores ao 2T10 tendo em vista o incremento em Seguros Garantia.

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	2º T10	2ºT11	Var.%
Lucro Líquido	36,9	40,6	9,8
(+) IR/CS	19,4	21,7	11,9
(+) Resultado Financeiro Líquido	24,6	25,5	3,9
(+) Depreciação e Amortização	15,2	19,0	24,7
(+) Custos e Despesas Não Caixa	2,9	4,7	63,1
EBITDA	99,0	111,5	12,6
Margem EBITDA	66,6	67,9	1,3p.p.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	2ºT10	2ºT11	Var.%
Despesas Financeiras	26,7	27,8	4,1
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	22,0	24,4	10,9
Taxas, Comissões e Outros	3,3	2,3	-4,5
Ajuste a VP da Provisão de Manut.	1,4	1,1	-21,4
Receitas Financeiras	2,1	2,3	8,0
Rendimento sobre aplicações Financ.	2,1	2,3	8,0
Resultado Financeiro Líquido	24,6	25,5	3,9

Comentário do Desempenho

O aumento do item Despesas Financeiras refere-se fundamentalmente à 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, no valor de R\$ 150 milhões, no mês de Fevereiro de 2011.

Endividamento

Composição da Dívida [R\$ MM]	Index.	Custo Médio	Jun/11	%
Finame	TJLP	TJLP (7,0 – 9,0%)	0,7	0,1
Leasing	CDI	CDI + 1,5% a.a.	1,7	0,2
Debênt. -1ª Em. 1ª Série	CDI	104,5%	148,4	18,1
Debênt. -1ª Em. 2ª Série	IGP-M	7,60%	143,6	17,5
Debênt. -1ª Em. 3ª Série	IGP-M	7,60%	120,9	14,8
Debêntures – 2ª Em.	CDI	117,0%	249,7	30,4
Debêntures – 3ª Em.	CDI	110,5%	155,9	19,0
Total			820,9	100,0

4. Investimentos

O destaque para o principal investimento deste trimestre esteve na SP 270 - Rodovia Raposo Tavares, no município de Sorocaba, onde foram construídas pistas marginais, em ambos os sentidos, isto é, leste e oeste. Esta obra tem o intuito de atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, separar o tráfego de longa distância do tráfego local e melhorar o tráfego da pista expressa, proporcionando aos usuários maior conforto e fluidez.

5. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	2º T10	2ºT11	Var.%
Total de acidentes	852	738	-13,4
Total de vítimas	627	605	-3,5

A Concessionária obteve uma importante redução do total de acidentes e vítimas, sendo que os pontos de destaque para esta redução é a continuidade da fiscalização da polícia por meio de

Comentário do Desempenho

câmeras e aplicação de campanhas educativas para diversos usuários das rodovias da CCR ViaOeste.

6. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Em abril, a CCR ViaOeste lançou mais uma edição do Estrada para a Cidadania, marcando o início das atividades do programa em 2011. A novidade neste ano é que o programa inclui também o tema Educação Ambiental para os alunos do 5º ano do ensino fundamental. A Educação para o Trânsito continuará incorporada à grade curricular dos estudantes do 4º ano. O programa Estrada para a Cidadania é realizado desde 2007 e neste período já abrangeu sete mil educadores e 160 mil crianças com idades entre 08 e 10 anos.

Para comemorar a Páscoa, a concessionária doou 2.500 ovos de chocolate às comunidades e entidades assistenciais dos municípios da região oeste, beneficiando as cidades de Sorocaba, Barueri, Jandira, Mairinque, e Osasco. O objetivo desta ação é apoiar as causas sociais e promover o bem-estar das comunidades carentes localizadas nas áreas de influência das concessionárias.

Ainda em abril tivemos nas cidades lindeiras ao Sistema Castello-Raposo mais uma turnê do cinema itinerante Tela Brasil, patrocinado pela concessionária, com exibições gratuitas de filmes nacionais às comunidades carentes.

A CCR ViaOeste também participou do Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hipertensão Arterial (parceria com a Sociedade Brasileira de Cardiologia – SBC) realizando uma série de ações no Sistema Castello-Raposo. Equipes de Resgate da concessionária estiveram em diversos pontos do Sistema medindo a pressão dos motoristas e orientando sobre a prevenção e o tratamento da doença que atinge hoje 30% da população brasileira. Além disso, foram distribuídos 100 mil folhetos educativos em todas as praças de pedágio incentivando a medição da pressão arterial.

Em maio, a concessionária inaugurou um moderno Centro de Atendimento ao Caminhoneiro instalado na Área de Descanso do km 57 da Rodovia Castello Branco (SP 280) – sentido capital, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, região de São Roque – SP. Com novo formato, o Estrada para a Saúde passou a oferecer atendimentos diários facilitando e estimulando o comparecimento dos motoristas que podem escolher o dia e horário mais adequados. O objetivo é promover melhorias na qualidade de vida de milhares de motoristas de caminhão. No Centro de

Comentário do Desempenho

Atendimento, o caminhoneiro poderá fazer gratuitamente exames de tipagem sanguínea + fator Rh, glicemia, colesterol, triglicerídeos e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros e cuidar da saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), além de usufruir de outros serviços como corte de cabelo e massagem bioenergética.

Outra ação desenvolvida pela concessionária foi a 1ª Oficina em Braille, realizada por especialistas da Fundação Dorina Nowill para Cegos, dirigida aos professores do Estrada para a Cidadania que atuam diretamente com alunos cegos nos municípios parceiros. O objetivo foi capacitar os professores que lidam diretamente com deficientes visuais para que eles proporcionem aos alunos condições para um desenvolvimento pleno visando sua inclusão social.

No mês de junho, a concessionária participou, juntamente com os alunos do Jd. Botucatu que integram o projeto Estrada para a Cidadania, patrocinado pela CCR ViaOeste, do Megaplantio Escolar em Sorocaba - SP. Foram plantadas 2.000 mudas de espécies de árvores nativas, entre elas:

ipês, cedros-rosa, pitangas, jabuticabas e mulungus, que enriquecerão os bairros do Jd. Botucatu e Ipanema Ville. As mudas plantadas são oriundas da parceria do Pé de Planta com a ViaOeste que realiza diversos plantios na cidade.

Para finalizar, destacamos o curso de mecânica e segurança viária dirigido ao público feminino. O evento contou com a participação do CESVI Brasil (Centro de Experimentação e Segurança Viária). O curso, especialmente desenvolvido para mulheres, mostrou procedimentos práticos do dia a dia relacionados ao motor do carro e pneus, além de abordar dicas de segurança e manutenção veicular. Todas as motoristas receberam certificado de participação e ganharam um brinde, composto por uma bolsa personalizada com lanterna, luvas e flanela personalizada além de um folheto explicativo com dicas de segurança e manutenção.

7. Considerações Finais

O EBITDA pode ser definido como lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração da Companhia e não é uma medida adotada pelas práticas contábeis brasileiras, não representa o fluxo de caixa para o período apresentado e não deve

Comentário do Desempenho

ser considerado como um substituto para o lucro do período, indicado de desempenho operacional ou substituto para o fluxo de caixa, nem tampouco indicador de liquidez.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castelo Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Castelo Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº. 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

2 Apresentação das informações trimestrais (ITR)

As informações trimestrais intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 – Demonstrações Intermediárias aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Essas informações trimestrais devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os saldos apresentados em Reais nestas informações trimestrais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais ITR, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 09 de agosto de 2011.

Reclassificação

Para melhor apresentação dos valores de impostos a recuperar e impostos e contribuições a recolher na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 de junho de 2010, foram reclassificados os montantes de R\$ 19.882 e R\$ 7.173, relativos a antecipações de IRPJ e CSLL, das

Notas Explicativas

rubricas de Impostos a recuperar para Impostos e contribuições a recolher, ambas no fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais.

3 Principais políticas e práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantem-se a consistência dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

4 Determinação de valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5 Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6 Caixas e equivalentes de caixa

	30/06/2011	31/12/2010
Caixa e equivalentes de caixa	2.017	1.885
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento	5.395	11.314
	<u>7.412</u>	<u>13.199</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,08% do CDI, equivalente a 11,53% ao ano (9,68% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

7 Contas a receber

	30/06/2011	31/12/2010
Circulante		
Vale pedágio e cupons a receber	1.233	1.268
Ocupação da faixa de domínio e acessos	297	440
Cargas excedentes, cargas especiais e tarifa de liberação de veículos	181	36
Locação de painéis publicitários	37	2
	<u>1.748</u>	<u>1.746</u>
Provisão para devedores duvidosos (a)	<u>(301)</u>	<u>(233)</u>
	<u>1.447</u>	<u>1.513</u>
Não circulante		
Poder concedente (b)	24.292	24.292
Provisão para devedores duvidosos (b)	<u>(24.292)</u>	<u>(24.292)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	30/06/2011	31/12/2010
Créditos a vencer	1.438	1.507
Créditos vencidos até 60 dias	9	1
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	5
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	40	94
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	261	139
	<u>1.748</u>	<u>1.746</u>

- (a) A provisão para devedores duvidosos (PDD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias baseado no histórico de perda da Companhia.
- (b) Saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº. 3 ao Contrato de Concessão para o período de agosto de 2002 até abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas. Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho da causa possivelmente seja favorável à Companhia. Mesmo com base nesse entendimento, por ser um ativo cuja realização ainda não é praticamente certa, foi totalmente provisionado.

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

	30/06/2011	30/06/2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	120.811	116.208
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(41.076)	(39.511)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(733)	(347)
Despesas com brindes e associações de classe	(76)	(44)
Juros e multas indedutíveis	(3)	(1)
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa 2008	-	474
Outros	-	47
Incentivo relativo ao imposto de renda	80	11
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(41.808)</u>	<u>(39.371)</u>
Impostos correntes	(38.585)	(32.012)
Impostos diferidos	(3.223)	(7.359)
	<u>(41.808)</u>	<u>(39.371)</u>
Alíquota efetiva de impostos	35%	34%

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	30/06/2011	31/12/2010
Ativo não circulante		
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	19.214	17.840
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	17.631	20.124
Provisão de manutenção (c)	12.679	9.890
Provisão para devedores duvidosos	8.362	8.338
Provisão para participação nos resultados (PLR)	338	669
Custo de transação na emissão de títulos	805	699
Parcelamento de impostos (INSS)	-	63
Provisão para despesa com taxa de manutenção de TAG'S	646	625
Provisão para contingências	1.135	279
Provisão para perda de investimentos	71	11
Outros	194	142
	<u>61.075</u>	<u>58.680</u>
Passivo não circulante		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(75.546)	(72.088)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(18.582)	(17.048)
Amortização linear do Direito da Concessão - Ágio (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(11.871)	(11.383)
Outros	(269)	(132)
	<u>(106.268)</u>	<u>(100.651)</u>

A administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

(a) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(b) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b” conforme práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(d) Diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(e) Diferenças temporárias entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(f) Diferenças temporárias entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão - ágio, nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07.

Notas Explicativas

9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Início da concessão</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante	<u>3.297</u>	<u>3.297</u>

	<u>Início da concessão</u>		<u>Extensão do prazo de concessão</u>		<u>Total</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Não circulante	<u>34.618</u>	<u>36.267</u>	<u>57.724</u>	<u>50.615</u>	<u>92.342</u>	<u>86.882</u>

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos findos em 30 de junho de 2011 e 2010 relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas. Estas operações foram realizadas substancialmente em condições de mercado.

	<u>Transações</u>	<u>Saldos</u>	
	<u>Resultado</u>	<u>Ativo Circulante</u>	<u>Passivo Circulante</u>
Controladora			
CCR S.A. - Divisão Actua (a)	6.024	410	945
Outras partes relacionadas			
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (b)	-	-	7
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (c)	-	37.403	-
Companhia de Participações em Concessões - Divisão Engelog (d)	6.742	1	1.049
Concess.do Sistema Anhaguera-Bandeirantes S.A. (e)	-	3	1
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (e)	-	1	116
Concessionária do Rodoanel S.A. (e)	-	25	29
Inovap 5 Administração e Participações Ltda (e)	-	3	1
Rodovias Integradas do Oeste S.A. (e)	-	-	1
Profissionais chave			
Remuneração de administradores	<u>2.269</u>	<u>-</u>	<u>525</u>
Total, 30 de junho de 2011	<u>15.035</u>	<u>37.846</u>	<u>2.674</u>
Total, 31 de dezembro de 2010	<u>26.512</u>	<u>34.063</u>	<u>1.739</u>
Total, 30 de junho de 2010	<u>13.528</u>		

Notas Explicativas

- (a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- (b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia;
- (c) Refere-se a receita de pedágio eletrônico cobradas de usuários do sistema Sem Parar, e aos valores de tarifas de pedágio eletrônico os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (d) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR; e
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores.

Os montantes referentes a despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	30/06/2011	30/06/2010
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	514	586
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	1.740	1.121
Previdência privada	13	56
Seguro de vida	2	3
	<u>2.269</u>	<u>1.766</u>

11 Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	<u>30/06/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	12	3.580	(1.431)	2.149	2.020
Máquinas e equipamentos	15	23.073	(14.063)	9.010	6.625
Veículos	21	9.521	(4.545)	4.976	3.120
Instalações e edificações	6	2.130	(1.898)	232	252
Sistemas operacionais	18	43.360	(32.851)	10.509	6.755
Imobilizado em andamento	-	27.805	-	27.805	36.942
		<u>109.469</u>	<u>(54.788)</u>	<u>54.681</u>	<u>55.714</u>

Notas Explicativas**Movimentação do custo**

	<u>31/12/2010</u>		<u>30/06/2011</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u> (1)	<u>Custo</u>
Móveis e utensílios	3.283	-	(6)	303	3.580
Máquinas e equipamentos	19.672	-	(20)	3.421	23.073
Veículos	7.088	-	(5)	2.438	9.521
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas operacionais	38.183	-	(248)	5.425	43.360
Imobilizado em andamento	36.942	5.947	-	(15.084)	27.805
	<u>107.298</u>	<u>5.947</u>	<u>(279)</u>	<u>(3.497)</u>	<u>109.469</u>

(1) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, à equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 2.190 em 30 de junho de 2011 (R\$ 1.912 em 30 de junho de 2010).

Movimentação da depreciação

	<u>31/12/2010</u>		<u>30/06/2011</u>		
	<u>Depreciação</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u> (1)	<u>Depreciação</u>
Móveis e utensílios	(1.263)	(168)	2	(2)	(1.431)
Máquinas e equipamentos	(13.047)	(1.039)	20	3	(14.063)
Veículos	(3.968)	(582)	5	-	(4.545)
Instalações e edificações	(1.878)	(20)	-	-	(1.898)
Sistemas operacionais	(31.428)	(1.668)	248	(3)	(32.851)
	<u>(51.584)</u>	<u>(3.477)</u>	<u>275</u>	<u>(2)</u>	<u>(54.788)</u>

(1) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Notas Explicativas

12 Ativos intangíveis

	Taxa anual de amortização %	30/06/2011			31/12/2010
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (a)	(*)	1.197.236	(223.549)	973.687	935.493
Direitos de uso de sistemas informatizados	15	5.148	(3.774)	1.374	836
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.322	(557)	765	873
Direito da concessão - ágio (b)	(*)	251.709	(57.296)	194.413	199.937
		<u>1.455.415</u>	<u>(285.176)</u>	<u>1.170.239</u>	<u>1.137.139</u>

Movimentação do custo

	31/12/2010		30/06/2011			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (1)	Ressarcimento de obras (**)	
Direitos de exploração da infraestrutura (a)	1.133.650	75.104	(1.474)	2.674	(12.718)	1.197.236
Direitos de uso de sistemas informatizados	4.325	-	-	823	-	5.148
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.322	-	-	-	-	1.322
Direito da concessão - ágio (b)	251.709	-	-	-	-	251.709
	<u>1.391.006</u>	<u>75.104</u>	<u>(1.474)</u>	<u>3.497</u>	<u>(12.718)</u>	<u>1.455.415</u>

(1) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Movimentação da amortização

	31/12/2010	30/06/2011			Amortização
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências (1)	
Direitos de exploração da infraestrutura (a)	(198.160)	(25.753)	362	2	(223.549)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.488)	(286)	-	-	(3.774)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(448)	(109)	-	-	(557)
Direito da concessão - ágio (b)	(51.771)	(5.525)	-	-	(57.296)
	<u>(253.867)</u>	<u>(31.673)</u>	<u>362</u>	<u>2</u>	<u>(285.176)</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Notas Explicativas

(**) Refere-se ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizados pela Companhia, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20.

(a) Do montante de R\$ 973.687 em 30 de junho de 2011, R\$ 26.308 refere-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário. As principais obras de melhorias em andamento em 30 de junho de 2011, são as seguintes:

1. Implantação de passarela do km 1 + 100 (SP – 075);
2. Implantação do dispositivo de retorno do km 64 + 500 (SP - 280);
3. Implantação de passarela km 00 + 500 (SP – 075);
4. Remodelação do Posto Geral de Fiscalização no km 74 (SP – 280).

(b) Direito da concessão – ágio: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. A incorporação pela Companhia do patrimônio da Wolfson Empreendimentos Ltda. não implicou no aumento do capital da incorporadora no ato da incorporação. A diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor de patrimônio líquido da incorporadora, no montante de R\$ 2.642, foi destinada à conta de reserva de capital. O valor do ágio incorporado, no montante de R\$ 251.709, é amortizado pelo padrão de benefício econômico gerado com base na curva de tráfego, pelo prazo da concessão.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 3.594 em 30 de junho de 2011 (R\$ 8.633 em 30 de junho de 2010). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 1,01% ao mês durante o período de 30 de junho de 2011 (em média 1,04% ao mês durante o período de 30 de junho de 2010).

(1) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

13 Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil

	Taxas		Vencimentos	30/06/2011	31/12/2010
	Contratuais	(% a.a.)			
Em moeda nacional					
Banco Bradesco S.A.	TJLP + 4,3%		15 de abril de 2011	-	138 (a)
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	TJLP + 3%		15 de maio de 2012	222	353 (a)
HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7%		15 de julho de 2013	322	399 (a)
Banco Alfa de Investimentos S.A.	TJLP + 1%		15 de maio de 2015	173	195 (a)
Banco Alfa de Investimentos S.A	105% do CDI		28 de fevereiro de 2011	-	30.073 (b)
Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A	CDI + 1,5%		02 de setembro de 2013	1.723	2.030 (c)
Total				<u>2.440</u>	<u>33.188</u>
Total circulante				<u>1.270</u>	<u>31.479</u>
Total não circulante				<u>1.170</u>	<u>1.709</u>

Garantias

- (a) Fidejussória e bens financiados.
- (b) Aval do acionista controlador.
- (c) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

Notas Explicativas

	30/06/2011
2012	444
2013	664
Após 2013	<u>62</u>
	<u><u>1.170</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente. Neste período não houve contratação de novas operações.

14 Debêntures

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	30/06/2011	31/12/2010
Debêntures							
Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	3.676	1.024	Julho de 2015	148.441	166.839 (a)
Série 2	IGP-M + 7,6%	7,9755% (a)	2.427	786	Julho de 2015	143.519	152.058 (a)
Série 3	IGP-M + 7,6%	7,9755% (a)	2.427	719	Janeiro de 2015	120.943	134.034 (a)
Série Única	117% do CDI	0,1334% (b)	1.494	997	Dezembro de 2016	249.668	249.660 (b)
Série Única	110,5% do CDI	0,1334% (b)	740	630	Fevereiro de 2015	<u>155.949</u>	<u>- (b)</u>
Total						<u>818.520</u>	<u>702.591</u>
Debêntures						181.752	129.860
Custo de transação						<u>(1.610)</u>	<u>(1.464)</u>
Total circulante						<u>180.142</u>	<u>128.396</u>
Debêntures						640.924	577.018
Custo de transação						<u>(2.546)</u>	<u>(2.823)</u>
Total não circulante						<u>638.378</u>	<u>574.195</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

Garantias:

- (a) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
 (b) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

Notas Explicativas

	30/06/2011
2012	96.749
2013	193.498
2014	193.498
Após 2014	<u>157.179</u>
	<u><u>640.924</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. Neste período não houve contratação de novas operações, ou liquidação de operações anteriores, exceto a contratação abaixo:

Em 20 de fevereiro de 2011, a Companhia realizou a 3ª emissão pública de debêntures, emitindo cento e cinquenta mil debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal unitário de R\$ 1 e valor nominal total da emissão de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011. Elas têm remuneração correspondente à variação acumulada de 110,5% do CDI e poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015;
- Juros: parcelas semestrais, pagas nos dias 20 de fevereiro e de agosto de cada ano, até a data de vencimento, iniciadas em 20 de agosto de 2011.

15 Fornecedores

	30/06/2011	31/12/2010
Fornecedores e Prestadores de Serviços Nacionais (a)	7.602	13.118
Fornecedores e Prestadores de Serviços Estrangeiros (a)	86	107
Cauções e Retenções Contratuais (b)	<u>6.897</u>	<u>8.813</u>
	<u><u>14.585</u></u>	<u><u>22.038</u></u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, é retido 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

Notas Explicativas

16 Obrigações fiscais

a. Obrigações fiscais federais e municipais – a recolher

	30/06/2011	31/12/2010
Circulante		
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.308	5.953
ISS	3.091	3.456
Cofins	1.790	1.819
IRRF	74	75
Pis, Cofins e CSLL retidos	260	159
Pis	388	394
INSS retido	231	523
	<u>13.142</u>	<u>12.379</u>

b. Obrigações fiscais federais - parceladas

	31/12/2010	30/06/2011		
	Saldo Inicial	Adições	Transferências	Total
Circulante				
IRPJ	3.332	230	(3.562)	-
CSLL	1.331	90	(1.421)	-
INSS	17	1	(18)	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	-	-	5.604	5.604
Total	<u>4.680</u>	<u>321</u>	<u>603</u>	<u>5.604</u>
Não circulante				
IRPJ	39.709	1.616	(41.325)	-
CSLLL	15.860	645	(16.505)	-
INSS	207	8	(215)	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	-	-	57.442	57.442
Total	<u>55.776</u>	<u>2.269</u>	<u>(603)</u>	<u>57.442</u>

(1) Os impostos parcelados através da Lei 11.941/09 começaram a ser pagos a partir de junho de 2011 de acordo com o processo de consolidação da Receita Federal do Brasil ocorrido em 17 de junho de 2011, em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, e atualizados mensalmente com base na taxa SELIC.

17 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas

Notas Explicativas

judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	31/12/2010	30/06/2011		
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão	Pagamento	Total
Não circulante				
Cíveis	122	3.156	(1.522)	1.756
Trabalhistas	698	2.564	(1.680)	1.582
Total	820	5.720	(3.202)	3.338

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 9.920 em 30 de junho de 2011 (R\$ 6.648 em 31 de dezembro de 2010), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 2.731 para os processos em andamento.

18 Provisão de manutenção

	31/12/2010	30/06/2011			
	Saldo inicial	Constituição de provisão valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Total
Circulante					
Provisão de manutenção	9.318	1.614	574	(1.420)	10.086
Não circulante					
Provisão de manutenção	19.768	5.878	1.559	-	27.205

Os projetos com início de provisão durante o exercício de 2009 ou antes, foram trazidos a valor presente à taxa de 14,75% ao ano e os projetos com início de provisão a partir do exercício de 2010 foram trazidos a valor presente à taxa de 12,34% ao ano. As taxas utilizadas referem-se às taxas de mercado para estes períodos.

Em 30 de junho de 2011 o montante provisionado corresponde a R\$ 57.556 do fluxo de caixa nominal dos projetos (R\$ 40.466 em 31 de dezembro de 2010).

19 Arrendamento mercantil

a. Operacional

Notas Explicativas

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	30/06/2011	31/12/2010
Até um ano	158	514
Acima de um ano e até cinco anos	5	7

A Companhia opera com 29 veículos de frota com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu despesas com operações de arrendamento mercantil operacional, no montante de R\$ 484 em 30 de junho de 2011 (R\$ 1.178 em 30 de junho de 2010).

b. Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 2.664 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado – valor residual

	30/06/2011	31/12/2010
Veículos	2.317	2.150

Durante o período findo em 30 de junho de 2011, foram reconhecidos como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro, os montantes de R\$ 117 relativos a despesas financeiras e R\$ 235 relativos a despesas de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor Nominal		Valor Presente	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Até um ano	907	830	849	807
Acima de um ano e até cinco anos	924	1.261	874	1.223
	<u>1.831</u>	<u>2.091</u>	<u>1.723</u>	<u>2.030</u>

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

20 Patrimônio líquido

a. Dividendos

Em 28 de fevereiro de 2011, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de

Notas Explicativas

dividendos no montante de R\$ 140.000, sendo R\$ 14.202 a título de dividendos intermediários sobre o saldo de reserva de retenção de lucros de 2010 e R\$ 125.798 de dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2010.

b. Lucro por ação básico e diluído

(Em milhares, exceto ações e lucro por ação)	30/06/2011	30/06/2010
Numerador		
Lucro líquido disponível	79.003	76.837
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	0,0054	0,0052
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	0,0059	0,0058

21 Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia conforme o quadro a seguir:

	30/06/2011				31/12/2010			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	5.395	-	-	5.395	11.314	-	-	11.314
Contas a receber	-	1.447	-	1.447	-	1.513	-	1.513
Partes relacionadas	-	37.846	-	37.846	-	34.063	-	34.063
Passivos								
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	(2.440)	(2.440)	-	-	(33.188)	(33.188)
Debêntures	-	-	(818.520)	(818.520)	-	-	(702.591)	(702.591)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(25.267)	(25.267)	-	-	(30.956)	(30.956)
Partes relacionadas	-	-	(2.674)	(2.674)	-	-	(1.739)	(1.739)
Total	5.395	39.293	(848.901)	(804.213)	11.314	35.576	(768.474)	(721.584)

(a) Valores líquidos do custo de transação

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

Notas Explicativas

	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	822.676	758.691	706.878	788.701
CCB - Cédula de Crédito Bancário	-	-	30.073	30.098

(*) Os valores estão brutos dos custos de transação

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 5.395 em 30 de junho de 2011 (R\$ 11.314 em 31 de dezembro de 2010).

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 30 de junho de 2012. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas informações trimestrais ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas informações trimestrais, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Empréstimos do BNDES e Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

Abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias sobre debêntures com taxas pós-fixadas.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (3)			
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IGP-M	Julho de 2015	265.967	(29.495)	(33.512)	(37.521)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2016	556.709	(76.488)	(95.777)	(115.129)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(105.983)</u>	<u>(129.289)</u>	<u>(152.650)</u>

As taxas de juros consideradas para 12 meses foram:

CDI (1)	12,15%	15,19%	18,23%
IGP-M (2)	8,65%	10,81%	12,97%

Abaixo estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(1) Refere-se a taxa de 30/06/2011, divulgada pela CETIP.

(2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/06/2011 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

22 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2011, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil – R\$ 44.000;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – R\$ 14.000;
- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos – R\$ 68.862;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 48.000;
- Perda de Receita – R\$ 63.134.
- Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 120.000 (R\$ 1.000 por veículo), sendo: R\$ 12.000 (R\$ 100 por veículo) para danos morais; R\$ 93.600 (R\$ 2,6 por veículo) para acessórios e R\$ 72 (R\$ 2 por veículo) para equipamentos.

Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 204.616, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

23 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	Valor nominal		Valor presente	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Outorga fixa a pagar	335.728	349.267	286.018	294.145

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa real de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga na data do início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 30 de junho de 2011, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2011	25.180	24.825
2012	50.359	47.867
2013	50.359	45.590
2014	50.359	43.419
2015	50.359	41.352
Após 2015	<u>109.112</u>	<u>82.965</u>
Total	<u><u>335.728</u></u>	<u><u>286.018</u></u>

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 22.938 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 22.018 em 30 de junho de 2010).

A Companhia não efetuou o pagamento das parcelas da outorga fixa relativas ao período de janeiro à junho de 2011, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 20, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas.

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta mensal, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

O saldo de outorga variável a pagar em 30 de junho de 2011 era de R\$ 1.787 (R\$ 1.816 em 31 de dezembro de 2010).

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 10.531 referente ao direito de outorga variável (R\$ 9.306 em 30 de junho de 2010).

A Companhia não efetuou o pagamento da parcela da outorga variável relativa à janeiro de 2011, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 20, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas.

Notas Explicativas

c. Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Em 30 de junho de 2011, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 603.460 (R\$ 476.558 em 31 de dezembro de 2010), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a concessionária.

d. Obras a executar

	30/06/2011	31/12/2010
Não circulante		
Obrigações Poder Concedente	<u>8.286</u>	<u>8.713</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a Companhia.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 11, de 8 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R\$ 98.303, a Companhia deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a Companhia passou a depositar o ônus fixo.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20, de 27 de janeiro de 2011, com o objetivo de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas, o Poder Concedente autorizou a Companhia a utilização de 28 parcelas da outorga fixa, período compreendido entre dezembro de 2010 e março de 2013, e também a utilização de 2 parcelas da outorga variável, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

Notas Explicativas**24 Resultado Financeiro**

	30/06/2011	30/06/2010
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	(44.925)	(35.224)
Variação monetária sobre debêntures	(9.360)	(17.565)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(2)	(47)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(510)	(332)
Juros sobre impostos parcelados	(3.057)	(2.332)
Capitalização de custos dos empréstimos	5.784	10.545
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	<u>(2.133)</u>	<u>(2.339)</u>
	<u>(54.203)</u>	<u>(47.294)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.701	3.813
Variação monetária sobre debêntures	463	-
Juros e outras receitas financeiras	<u>181</u>	<u>342</u>
	<u>3.345</u>	<u>4.155</u>

25 Receitas

	30/06/2011	30/06/2010
Receitas		
Receitas de pedágio	345.742	309.483
Receitas de contratos de construção	70.346	46.874
Receitas acessórias	<u>4.310</u>	<u>4.629</u>
	<u>420.398</u>	<u>360.986</u>

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Receitas Brutas	420.398	360.986
Menos:		
Impostos sobre receitas	<u>(30.124)</u>	<u>(27.101)</u>
Total das receitas	<u>390.274</u>	<u>333.885</u>

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
Araçariguama - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes a trimestre e período e seis meses findos em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2011.

Araçariguama, 09 de agosto de 2011.

Maurício Soares Negrão
Diretor Presidente

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Diretor da Companhia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2011.

Araçariguama, 09 de agosto de 2011.

Maurício Soares Negrão
Diretor Presidente,

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Diretor da Companhia